

POLÍTICA DE PRIVACIDADE

Câmara Nacional de Justiça Arbitral – CNJA

Última atualização: 08 de junho de 2026

A Câmara Nacional de Justiça Arbitral – CNJA, por meio de seu site institucional e de seus canais oficiais de atendimento, valoriza a privacidade, a segurança da informação, a confidencialidade e a proteção dos dados pessoais de todos os usuários, partes, interessados, representantes, advogados, árbitros, mediadores, conciliadores, colaboradores, parceiros e visitantes.

Esta Política de Privacidade tem por finalidade informar, de maneira clara, transparente e acessível, como a CNJA coleta, utiliza, armazena, compartilha e protege dados pessoais, em conformidade com a Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais — LGPD, com as orientações da Autoridade Nacional de Proteção de Dados — ANPD, e com as demais normas aplicáveis à proteção da privacidade e da informação. A ANPD é o órgão nacional responsável por zelar pela proteção de dados pessoais e pela privacidade no Brasil.

1. Objetivo desta Política

Esta Política de Privacidade tem como objetivo demonstrar o compromisso da CNJA com a proteção dos dados pessoais tratados no exercício de suas atividades institucionais, administrativas, procedimentais, arbitrais, conciliatórias, mediadoras, educacionais, comunicacionais e digitais.

A presente Política aplica-se aos dados pessoais coletados por meio do site da CNJA, formulários eletrônicos, canais de contato, e-mails, mensagens, documentos enviados pelas partes, procedimentos administrados pela Câmara, eventos, cursos, cadastros, contratos, comunicações institucionais e demais interações realizadas com a CNJA.

2. Quem é o controlador dos dados pessoais?

Para fins da LGPD, a Câmara Nacional de Justiça Arbitral – CNJA poderá atuar como controladora dos dados pessoais quando decidir sobre as finalidades e formas de tratamento dos dados coletados em seus canais institucionais, administrativos e procedimentais.

Em determinadas situações, a CNJA também poderá atuar como operadora, quando realizar tratamento de dados em nome de terceiros, conforme contratos, regulamentos, procedimentos ou determinações específicas.

3. Quais dados pessoais podem ser coletados?

A CNJA poderá coletar e tratar os seguintes dados pessoais, conforme a finalidade de cada interação:

3.1. Dados de identificação

Nome completo, nacionalidade, estado civil, profissão, cargo, empresa, CPF, RG, CNPJ, endereço, telefone, e-mail, assinatura, qualificação das partes e demais informações necessárias à identificação dos envolvidos.

3.2. Dados de contato

Endereço físico, endereço eletrônico, telefone, WhatsApp, dados profissionais, representantes legais, procuradores, advogados, responsáveis financeiros e demais canais informados voluntariamente pelo titular.

3.3. Dados documentais

Documentos pessoais, documentos societários, contratos, procurações, notificações, atas, termos, petições, comprovantes, documentos financeiros, documentos processuais, documentos empresariais e demais arquivos encaminhados à CNJA.

3.4. Dados relacionados a procedimentos

Informações constantes de requerimentos, procedimentos arbitrais, conciliatórios, mediadores, pré-processuais, administrativos ou institucionais, incluindo dados das partes, representantes, testemunhas, árbitros, mediadores, conciliadores, advogados e terceiros envolvidos.

3.5. Dados financeiros

Informações necessárias para emissão de cobranças, custas, taxas, honorários, notas fiscais, recibos, comprovantes de pagamento, dados bancários e documentos relacionados à prestação de contas.

3.6. Dados de navegação

Endereço IP, tipo de navegador, dispositivo utilizado, data e horário de acesso, páginas visitadas, interações com o site, cookies, registros de acesso e informações técnicas necessárias ao funcionamento e à segurança do ambiente digital.

3.7. Dados sensíveis

A CNJA somente tratará dados pessoais sensíveis quando estritamente necessário, conforme previsto na LGPD, especialmente quando tais informações forem voluntariamente apresentadas pelas partes ou necessárias à condução de procedimentos, cumprimento de obrigações legais, exercício regular de direitos, proteção da vida, tutela da saúde ou outras hipóteses legalmente autorizadas.

4. Como os dados pessoais são coletados?

Os dados pessoais poderão ser coletados das seguintes formas:

- a) pelo preenchimento de formulários no site da CNJA;
- b) pelo envio de mensagens, e-mails, documentos ou solicitações;
- c) pela instauração ou participação em procedimentos administrados pela CNJA;
- d) pela celebração de contratos, termos, convênios ou instrumentos similares;
- e) pela inscrição em cursos, eventos, palestras, treinamentos ou atividades institucionais;
- f) pelo acesso ao site e utilização de cookies ou tecnologias semelhantes;
- g) por comunicações realizadas por telefone, WhatsApp, plataformas digitais ou outros canais oficiais;
- h) por documentos enviados por partes, advogados, representantes, parceiros ou terceiros autorizados.

5. Para quais finalidades os dados são utilizados?

A CNJA poderá utilizar dados pessoais para as seguintes finalidades:

- a) identificar usuários, partes, representantes, advogados, árbitros, mediadores, conciliadores e interessados;
- b) receber, analisar, organizar e administrar procedimentos de mediação, conciliação, arbitragem e demais métodos adequados de solução de conflitos;
- c) elaborar atas, termos, notificações, intimações, despachos, decisões, sentenças arbitrais, acordos e demais documentos procedimentais;
- d) realizar comunicações institucionais, administrativas, financeiras e procedimentais;

- e) emitir cobranças, recibos, notas fiscais, comprovantes e documentos financeiros;
- f) cumprir obrigações legais, regulatórias, fiscais, contábeis e administrativas;
- g) garantir a segurança dos procedimentos e a autenticidade dos documentos;
- h) organizar cursos, eventos, palestras, capacitações e atividades acadêmicas ou institucionais;
- i) responder dúvidas, solicitações, reclamações e requerimentos;
- j) preservar direitos da CNJA, das partes e de terceiros;
- k) prevenir fraudes, incidentes de segurança, acessos indevidos e uso inadequado dos canais digitais;
- l) melhorar a experiência de navegação no site e aperfeiçoar os serviços prestados.

6. Bases legais para o tratamento de dados

O tratamento de dados pessoais realizado pela CNJA poderá estar fundamentado nas seguintes bases legais previstas na LGPD:

- a) consentimento do titular;
- b) cumprimento de obrigação legal ou regulatória;
- c) execução de contrato ou de procedimentos preliminares relacionados a contrato;
- d) exercício regular de direitos em processo judicial, administrativo ou arbitral;
- e) legítimo interesse da CNJA ou de terceiros, quando aplicável;
- f) proteção da vida ou da incolumidade física do titular ou de terceiro;
- g) tutela da saúde, quando aplicável;
- h) proteção do crédito, quando pertinente.

A LGPD exige que o tratamento de dados pessoais observe princípios como finalidade, adequação, necessidade, transparência, segurança, prevenção, não discriminação e responsabilização.

7. Compartilhamento de dados pessoais

A CNJA poderá compartilhar dados pessoais quando necessário para o cumprimento de suas finalidades institucionais, administrativas, contratuais, legais ou procedimentais.

O compartilhamento poderá ocorrer com:

-) partes envolvidas em procedimentos;
- b) advogados, procuradores e representantes legais;
- c) árbitros, mediadores, conciliadores, secretarias e profissionais vinculados ao procedimento;
- d) prestadores de serviços tecnológicos, administrativos, contábeis, jurídicos, financeiros ou de segurança da informação;
- e) autoridades públicas, órgãos judiciais, administrativos, fiscais, regulatórios ou competentes;
- f) instituições bancárias e meios de pagamento;
- g) parceiros institucionais, quando necessário e autorizado.

A CNJA não vende, comercializa ou disponibiliza dados pessoais para terceiros com finalidade meramente comercial.

8. Confidencialidade dos procedimentos

Considerando a natureza das atividades de mediação, conciliação e arbitragem, a CNJA adota especial atenção à confidencialidade das informações recebidas em seus procedimentos.

Documentos, manifestações, propostas, negociações, dados das partes, informações empresariais, financeiras, contratuais ou pessoais serão tratados com reserva, salvo quando houver autorização das partes, obrigação legal, determinação de autoridade competente, necessidade de exercício regular de direitos ou outra hipótese permitida pela legislação aplicável.

9. Armazenamento e prazo de retenção

Os dados pessoais serão armazenados pelo período necessário ao cumprimento das finalidades que justificaram sua coleta, observados os prazos legais, regulatórios, contratuais, prescicionais, fiscais, contábeis, administrativos e procedimentais aplicáveis.

Após o término do tratamento, os dados poderão ser eliminados, anonimizados ou mantidos quando houver fundamento legal para sua conservação, especialmente para:

- a) cumprimento de obrigação legal ou regulatória;
- b) exercício regular de direitos;
- c) preservação de documentos institucionais;
- d) defesa em processos judiciais, arbitrais ou administrativos;
- e) cumprimento de prazos fiscais, contábeis ou contratuais.

10. Segurança da informação

A CNJA adota medidas técnicas, administrativas e organizacionais destinadas à proteção dos dados pessoais contra acessos não autorizados, perda, destruição, alteração, divulgação indevida, uso inadequado ou qualquer forma de tratamento irregular.

Entre as medidas adotadas, poderão estar incluídas:

- a) controle de acesso a documentos e sistemas;
- b) restrição de acesso a pessoas autorizadas;
- c) confidencialidade procedimental;
- d) armazenamento seguro de documentos;
- e) uso de ferramentas tecnológicas de proteção;
- f) orientação de colaboradores e profissionais envolvidos;
- g) revisão de práticas internas de segurança e privacidade.

Apesar dos esforços de proteção, nenhum sistema físico ou digital é absolutamente imune a riscos. Em caso de incidente de segurança relevante, a CNJA adotará as medidas cabíveis, inclusive comunicação aos titulares e à ANPD quando exigido pela legislação.

11. Direitos dos titulares de dados

Nos termos da LGPD, o titular dos dados pessoais poderá solicitar à CNJA, quando aplicável:

- a) confirmação da existência de tratamento;

- b) acesso aos dados pessoais;
- c) correção de dados incompletos, inexatos ou desatualizados;
- d) anonimização, bloqueio ou eliminação de dados desnecessários, excessivos ou tratados em desconformidade com a LGPD;
- e) portabilidade dos dados, quando aplicável;
- f) informação sobre compartilhamento de dados;
- g) informação sobre a possibilidade de não fornecer consentimento e sobre as consequências da negativa;
- h) revogação do consentimento;
- i) eliminação dos dados tratados com base no consentimento, observadas as hipóteses legais de conservação;
- j) revisão de decisões tomadas unicamente com base em tratamento automatizado de dados pessoais, quando houver.

A LGPD assegura aos titulares o direito de obter informações claras, adequadas e ostensivas sobre o tratamento de seus dados pessoais.

12. Como exercer seus direitos

O titular poderá exercer seus direitos mediante solicitação enviada pelos canais oficiais de atendimento da CNJA disponíveis no site institucional.

Para segurança do próprio titular, a CNJA poderá solicitar informações complementares para confirmar a identidade do solicitante antes de atender ao pedido.

As solicitações serão analisadas conforme a legislação aplicável, podendo haver hipóteses em que determinados dados não possam ser eliminados imediatamente em razão de obrigação legal, exercício regular de direitos, preservação de documentos ou necessidade de manutenção de registros.

13. Dados de crianças e adolescentes

A CNJA não tem como finalidade principal coletar dados pessoais de crianças e adolescentes por meio de seu site institucional.

Caso dados de crianças ou adolescentes sejam eventualmente tratados em razão de procedimentos, documentos, contratos, atividades institucionais ou obrigações

legais, o tratamento será realizado em conformidade com a LGPD, com o melhor interesse da criança ou adolescente e com as normas aplicáveis.

14. Cookies e tecnologias semelhantes

O site da CNJA poderá utilizar cookies e tecnologias semelhantes para garantir seu funcionamento, melhorar a navegação, analisar estatísticas de acesso, reforçar a segurança e personalizar a experiência do usuário.

Para mais informações, o usuário deverá consultar a Política de Cookies da CNJA, que detalha os tipos de cookies utilizados, suas finalidades e as formas de gerenciamento de preferências.

A ANPD possui guia orientativo específico sobre cookies e proteção de dados pessoais, reforçando a importância da transparência, da gestão de consentimento e da distinção entre cookies necessários e não necessários.

15. Links para sites de terceiros

O site da CNJA poderá conter links para sites, plataformas, sistemas, redes sociais ou serviços de terceiros.

A CNJA não se responsabiliza pelas práticas de privacidade, segurança ou conteúdo desses ambientes externos. Recomenda-se que o usuário leia as respectivas políticas de privacidade antes de fornecer dados pessoais a terceiros.

16. Transferência internacional de dados

Em determinadas situações, dados pessoais poderão ser armazenados ou processados em servidores, sistemas ou plataformas localizados fora do Brasil, especialmente quando utilizados serviços de tecnologia, hospedagem, e-mail, armazenamento em nuvem ou ferramentas digitais internacionais.

Quando houver transferência internacional de dados, a CNJA adotará medidas compatíveis com a LGPD e buscará utilizar fornecedores que observem padrões adequados de segurança e proteção de dados.

17. Responsabilidades do usuário

O usuário é responsável pela veracidade, exatidão e atualização dos dados pessoais fornecidos à CNJA.

Ao encaminhar dados de terceiros, o usuário declara possuir autorização, legitimidade ou fundamento jurídico adequado para o compartilhamento dessas informações, responsabilizando-se por eventuais dados indevidamente fornecidos.

O usuário também deverá adotar boas práticas de segurança, evitando o envio de documentos por canais não oficiais, o compartilhamento indevido de senhas, o uso de redes inseguras e a exposição desnecessária de dados pessoais ou sensíveis.

18. Alterações desta Política de Privacidade

A CNJA poderá alterar esta Política de Privacidade a qualquer momento, especialmente para adequá-la a mudanças legislativas, regulatórias, tecnológicas, institucionais ou operacionais.

A versão vigente será sempre aquela publicada no site institucional da CNJA, com indicação da data da última atualização.

Recomenda-se que o usuário consulte esta Política periodicamente.

19. Canal de contato sobre privacidade

Em caso de dúvidas, solicitações, reclamações ou exercício de direitos relacionados à proteção de dados pessoais, o titular poderá entrar em contato com a CNJA pelos canais oficiais disponíveis no site institucional.

Câmara Nacional de Justiça Arbitral – CNJA

E-mail: secretaria@cnja-jus.com

Site: www.cnja-jus.com